

## **O processo conciliar de mútuo compromisso (pacto) para justiça, paz e integridade da criação**

**Gerhard Tiel**

I

Você conhece a abreviatura "JPIC"? Ao ouvirem esta pergunta, os conhecedores do cenário ecumênico internacional só conseguem sorrir com ar de cansaço. É claro que esses conhecedores também sabem como se pronuncia JPIC corretamente; é mais ou menos assim: "jei-pi-ai-ci". Ocorre que essa abreviatura vem do inglês e quer dizer "Justice, Peace, and Integrity of Creation". É claro que você tem razão, caro leitor, ao objetar que se pode falar logo português e dizer "Justiça, Paz e Integridade da Criação". Não há dúvida! No entanto, é forçoso admitir que "jei-pi-ai-ci" soa de modo muito mais misterioso e inacessível do que "jota-pe-ice"!

Com efeito, aqui no Brasil é preciso estar iniciado nesse mistério para saber que JPIC não é uma sigla de partido político, mas quer dizer "processo conciliar de mútuo compromisso para justiça, paz e integridade da criação". Trata-se dum processo "conciliar" ou "ecumênico" que foi fomentado em 1983, na Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas em Vancouver, e que deverá atingir um ápice provisório no ano de 1990 com um "Assembléia Mundial para Justiça, Paz e Integridade da Criação".

A rigor, é ocioso especular por que esse apelo no sentido de participar do processo conciliar encontrou tão pouca ressonância aqui no Brasil, e mais, ousaria eu dizer: não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Talvez isto se deva à suspeita que ainda se tem, aqui na América Latina, em relação ao ecumenismo praticado pelo Conselho Mundial de Igrejas em Genebra: suspeita-se que se trate de "ecumenismo do Primeiro Mundo", de "ecumenismo de cúpula", de "ecumenismo dum 'Vaticano' protestante" ou até de "ecumenismo dirigido pelo marxismo". Essas

suspeições, que são muito difundidas e podem ser ouvidas com frequência também nas comunidades da IECLB, parecem ser inextermíveis e mostram com que preconceitos o movimento ecumênico internacional ainda tem que lutar. Este não é o lugar apropriado para lidar com tais suspeições. Existem muitos trabalhos excelentes que há tempo já refutam essas acusações de modo claro e definitivo<sup>1</sup>.

Não obstante, é inegável que apenas cerca de 30 das mais de 300 Igrejas latino-americanas se filiaram ao Conselho Mundial de Igrejas. O motivo principal para isso, além das suspeições mencionadas, que na maioria das vezes seguramente não são a questão decisiva, reside numa busca intensiva por um ecumenismo especificamente **latino-americano**, que, num primeiro momento, quer se entender independentemente do Conselho Mundial de Igrejas. Sobre este pano de fundo deve ser entendida a fundação do CONIC e do CLAI como mais significativos representantes do ecumenismo **eclesiástico** da América Latina. A importância ecumênica especial do CONIC reside na participação da Igreja Católica Romana, e a do CLAI — uma associação ecumênica que, infelizmente, até agora é constituída exclusivamente por Igrejas protestantes — em sua disseminação por toda a América Latina.

Ao lado desse conhecido ecumenismo eclesiástico, que às vezes é chamado um tanto zombeteiramente de “ecumenismo de cúpula” — um ecumenismo que, como erroneamente se afirma muitas vezes, se esgota em sutis colóquios doutrinários entre especialistas: teólogos, pastores, dirigentes de Igrejas —, surgiu na América Latina uma forma especial de ecumenismo, que tenta proceder de modo diferente tanto em termos de métodos quanto de conteúdo, um movimento que, em resumo, é chamado de “ecumenismo de base”. Esses grupos ecumênicos partem da convicção fundamental de que a luta pela libertação só pode ser uma luta ecumênica, que o ecumenismo é necessariamente um ecumenismo **libertador**. A luta contra pobreza, opressão, tortura e racismo, o empenho pelos direitos das mulheres, o engajamento em favor dos índios, negros ou outros grupos oprimidos, a resistência contra a dependência internacional, produtora de subdesenvolvimento — tudo isso rompe os limites de Igrejas, confissões e religiões. Os seres humanos de boa vontade travam essa luta de libertação; só ela tem força de união; é aqui que se realiza a prática do verdadeiro ecumenismo.

---

1 — Uma excelente introdução na problemática: Julio de SANTA ANA, **Ecumenismo e Libertação**, Petrópolis, Vozes, 1987.

Essa concepção fundamental do “ecumenismo de base”, um tanto nebuloso, já tem imensas conseqüências aqui na América Latina: ao lado do ecumenismo eclesiástico “oficial”, existem mais de 90 “organismos ecumênicos”, grupos interconfessionais que muitas vezes só têm ainda relações tênues com as respeitáveis instituições eclesiásticas e, em seu lugar, trabalham com “movimentos populares” ou outros agrupamentos no engajamento por um mundo mais digno do ser humano e mais justo.

Está claro que o relacionamento entre o ecumenismo eclesiástico e o ecumenismo de base nem sempre é isento de tensões, lembrando um pouco os inícios do moderno movimento ecumênico, a tensão entre os movimentos ecumênicos “Fé e Constituição” e “Vida e Ação”, a tensão entre “doutrina” e “prática”.

Assim, por exemplo, numa análise das CEBs, o secretário-geral do CEDI, pastor Zwinglio Motta Dias, chega à conclusão de que elas trabalham junto com outros grupos cristãos em questões econômicas, sociais e políticas, mas que as “motivações religiosas são praticamente inexistentes, continuando como elementos de separação e não de diálogo e aproximação”. Depois da respectiva atividade, todos se retiram para seus prédios religiosos, para a frustração de todos os “que gostariam de ver um verdadeiro ecumenismo de base tomando forma **a partir da** luta comum do povo brasileiro”. Segundo esta compreensão, o “ecumenismo pela prática” não é suficiente se, ao mesmo tempo, não se faz teologia ecumênica — também por parte dos grupos que estão engajados na luta pela libertação. Neste sentido, um “ecumenismo pela prática” só pode ser chamado de “verdadeiro ecumenismo” se, partindo da luta pela libertação, não se esquece a doutrina, que até hoje separa as Igrejas<sup>2</sup>.

Uma outra posição é defendida por Jean-Pierre Bastian, por exemplo, que acentua que hoje em dia o ecumenismo não é mais privilégio das Igrejas: “O ecumenismo é — antes que estejam em jogo conceitos ideológicos e doutrinas — primordialmente uma questão de atitude sócio-econômica e política, um engajamento e, por fim, um projeto histórico.” Neste sentido, existe — conforme Bastian — uma vinculação essencial entre a práxis ecumênica de libertação e a renovação da Igreja, pois essa renovação começa com a opção pelos pobres e sua causa justa<sup>3</sup>.

Nessa mesma linha argumenta também José Míguez Bonino numa palestra diante da Comissão de Fé e Constituição em 1982, em Lima: “Para mim, o ecumenismo é, em primeiro lugar e antes de mais nada, a luta pela criação duma nova **oikumene** de justiça, para substituir a moderna **oikumene** ocidental, que é uma estrutura de dominação.” Ao mesmo tempo, Bonino critica “Fé e Constituição”, que se empenharia pela unidade da Igreja em suas formas dog-

2 — Zwinglio Motta DIAS, Igreja na base: um desafio para o ecumenismo, **Tempo e presença**, Rio de Janeiro, jun. 1986, pp. 4-6 (cit. p. 6).

3 — Jean-Pierre BASTIAN, Welche Ökumene für Lateinamerika?, **Ökumenische Rundschau**, Frankfurt am Main, 32(3):309-18 (cit. p. 316), jul. 1983.

máticas, institucionais e sacramentais, teria surgido no centro vital das tradições confessionais e, por isso, seria mantida também teologicamente pelas Igrejas ocidentais; assim sendo, seria natural que ela entenda a unidade como, por assim dizer, regulamentação normativa para as variantes dentro dessa tradição. Sua palestra deixa claro que, em sua opinião, isso dificilmente pode bastar<sup>4</sup>.

É claro que as posições esboçadas não se distinguem no fundamental. Nem Z. M. Dias quer doutrina sem práxis, nem J. P. Bastian e J. M. Bonino querem práxis sem teoria. Trata-se dum problema de acentuação, dum questão de ênfase. Contudo, como em tantos outros casos, também aqui o xis da questão está nos detalhes. Deixemo-los brigar por algum tempo ainda! Isso só vem em benefício da causa que está em jogo.

Como ainda não existe uma investigação exata do trabalho e da autocompreensão do ecumenismo de base, bem como de sua relação com o ecumenismo eclesiástico "oficial", contentamo-nos por ora com esta indicação acerca da problemática.

Creio que disso tudo uma coisa ficou clara: talvez aqui na América Latina a abreviatura "JPIC" seja pouco conhecida, porém a causa de que se trata — sobretudo justiça, mas também paz e integridade da criação — constitui tema central de toda e qualquer atividade ecumênica, principalmente do trabalho do ecumenismo de base. Por isso é imperioso concluir que o ecumenismo latino-americano pode e deve(!) prestar uma contribuição significativa no processo conciliar e na planejada assembléia mundial para paz, justiça e integridade da criação — e isto independentemente da opinião que se tenha sobre o Conselho Mundial de Igrejas! Ocorre que JPIC é algo que diz repeito a todos; trata-se de questões de sobrevivência da humanidade, que não podem ser resolvidas a nível nacional e continental, e sim tão-somente a nível internacional.

Com este trabalho eu gostaria de propugnar por compreensão e simpatia para com o processo conciliar, no qual já entraram muitas Igrejas e grupos ecumênicos no mundo todo. Procurarei ainda apontar alguns aspectos que poderão ser aportados a esse processo especialmente pelo ecumenismo latino-americano a partir de seu contexto particular.

Na acepção original do tempo, **oikumene** não se refere ao relacionamento entre Igrejas, mas a "toda a terra habitada". Neste sentido, e ecumenismo não visa apenas e exclusivamente a unidade da Igreja, e sim a unidade dos seres humanos.

---

4 — José MÍGUEZ BONINO, Einheit zwischen Hoffnung und Geschichte; Blick auf die ökumenische Bewegung aus der Perspektive der Dritten Welt. **Ökumenische Rundschau**, Frankfurt am Main, 31(3):326-39 (cit. p. 339), jul. 1982.

O processo conciliar quer contribuir para tornar realidade, em todo o mundo, a ânsia de justiça, paz e integridade da criação. Pois, como disse certa vez Ernesto Cardenal, as pessoas no norte e as pessoas no sul só poderão sobreviver **juntas**. “Ou então **ninguém** vai sobreviver, e não haverá futuro.”<sup>5</sup>

## II

O processo conciliar para justiça, paz e integridade da criação, iniciado e promovido pelo Conselho Mundial de Igrejas naturalmente não caiu do céu, mas é resultado dum longo processo histórico. Desde sua fundação no ano de 1948 em Amsterdã — talvez se possa voltar até a grande Conferência Missionária Internacional de Edimburgo, em 1910, que assinala o início do moderno movimento ecumênico —, o rosto do Conselho Mundial de Igrejas sofreu mudanças. O fato de que, hoje em dia, “ecumenismo” não é mais entendido exclusivamente como relacionamento intra-eclesial — ligado a uma ajuda meramente caritativa para os irmãos e irmãs necessitados —, mas implica uma práxis que visa a libertação integral de todas as estruturas que escravizam os seres humanos, pode ser atribuído principalmente aos seguintes fatores:

1. A abertura do Conselho Mundial, que originalmente era um movimento quase exclusivamente protestante, para Igrejas não-protestantes, trouxe novos impulsos e questionamentos para dentro do movimento.

2. A aceitação das “jovens Igrejas”, principalmente do Terceiro Mundo — surgidas do trabalho missionário, mas que entrementes se tornaram independentes —, e os aspectos e questões teológicas contextuais por elas colocadas na ordem do dia do Conselho Mundial influenciaram vigorosamente o trabalho deste. Como um exemplo entre muitos mencionamos a situação na África do Sul. O racismo lá praticado com a sanção do Estado levou à criação do “programa de combate ao racismo do Conselho Mundial de Igrejas”, um programa que não produz apenas palestras e documentos, mas procura agir concretamente e colocar sinais visíveis de solidariedade. Com isso o Conselho Mundial não granjeou apenas muita simpatia, mas também muito ódio e calúnia, a ponto de al-

---

5 — Ernesto CARDENAL, *Friedensbewegungen — Befreiungsbewegungen*, **Junge Kirche**, Bremen, 46(3):119-21 (cit. p. 119), mar. 1985.

gumas Igrejas norte-americanas e alemãs chegarem a ameaçar que fariam o Conselho Mundial de Igrejas sofrer uma "morte financeira"<sup>6</sup>. As experiências feitas com o programa de combate ao racismo sem dúvida tiveram importância decisiva para estimular o surgimento do processo conciliar e para a convocação da Assembléia Mundial para Justiça, Paz e Integridade da Criação. Aliás: a maioria das Igrejas pertencentes ao Conselho Mundial de Igrejas são hoje Igrejas do Terceiro Mundo — um fato que deveria refutar definitivamente a suspeita de que o ecumenismo lá praticado seja um "ecumenismo do Primeiro Mundo".

3. Outro importante fator a ser mencionado é a ação e reflexão de grupos e iniciativas de trabalho político e social que, embora nem sempre vinculados a Igrejas, procuraram estender sua ação para dentro das Igrejas e da política e, com isso, naturalmente influenciaram também o trabalho do Conselho Mundial de Igrejas. O espectro das atividades desses grupos é amplo: discutem-se questões político-teológicas tais como a teologia negra, feminista e da libertação, mas também problemas ecológicos e, nos últimos anos, por causa da louca corrida armamentista das superpotências, sobretudo a questão da paz.

Em vista desses perigos que ameaçam a humanidade toda foram tomadas duas significativas resoluções na Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Vancouver, em 1983. Eu gostaria de reproduzir literalmente essas resoluções aqui, pois suponho que sejam pouco conhecidas:

1. O grupo temático "A luta pela justiça e dignidade humana" apresentou à Assembléia Geral um relatório que, mais tarde, foi aprovado pelo Comitê Central com modificações insignificantes. Nessa forma aprovada, lê-se no final, sob o título "Recomendações às Igrejas para a ação ecumênica":

"Ajuste de um pacto.

Que as Igrejas, em todos os níveis, — congregações, dioceses/sínodos, redes de grupos cristãos e comunidades de base —, juntamente com o Conselho Mundial, ajustem um pacto num processo conciliar:

— para confessar o Cristo, vida do mundo, como Senhor sobre os ídolos de nossos tempos, o Bom Pastor que dá vida, e vida em abundância para seu povo e toda a criação;

---

6 — Pormenores em Hans-Wolfgang HESSLER, ed., **Anti-Rassismusprogramm der Ökumene**, Frankfurt am Main, Otto Lembeck, 1971 (epd-Dokumentation, 5).

— para resistir aos poderes demoníacos da morte inerentes ao racismo, ao sexismo, à dominação de classe e ao militarismo; — para repudiar o uso indevido da organização econômica, da ciência e tecnologia a serviço de principados e potestades e contra o povo.

Que firmemos um compromisso claro, em forma de pacto, para trabalhar pela justiça e paz, como o fizeram em Vancouver os representantes centro-americanos e estadunidenses, como sinal de firme resistência a qualquer tipo de opressão e como um passo a favor da paz com justiça. Que repudiemos as forças heréticas que utilizam o nome de Cristo ou cristão para legitimar os poderes da morte”.<sup>7</sup>

2. Na mesma Assembléia Geral o comitê que tratou de “linhas futuras” recomendou o seguinte como uma das prioridades dos programas do CMI:

“Para os programas do Conselho Mundial deveria ser uma prioridade a participação das Igrejas Membros num processo conciliar de **compromisso mútuo (pacto) a respeito da justiça, da paz e da integridade de toda a criação**. Esta prioridade se baseia em nossa confissão de Cristo, como Vida do Mundo, e na resistência cristã aos poderes demoníacos de morte inerentes ao racismo, ao sexismo, à exploração econômica, ao militarismo e ao mau uso da ciência e da tecnologia. Deveriam ser organizadas ações e estudos ecumênicos sobre as conseqüências eclesiológicas, espirituais e ético-sociais deste processo de compromisso. São necessárias novas iniciativas que fomentem a educação para a paz, a justiça, e uma atitude responsável ante a natureza. (...) Deveriam ser examinadas, numa perspectiva bíblica, sócio-econômica e política, as relações e as tensões entre os objetivos de justiça, paz e bem-estar da criação. Dever-se-ia acentuar o bom e o mau uso do poder. Do mesmo modo, deveriam fazer parte integrante desta prioridade as contribuições tendentes a compreender a integridade da vida, do ponto de vista das crianças, jovens e mulheres”.<sup>8</sup>

Em conseqüência dessas significativas resoluções, o Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas decidiu convocar, como já mencionamos, para o ano de 1990 uma Assembléia Ecumênica Mundial para Justiça, Paz e Integridade da Criação. Trata-se, então, mais uma vez duma conferência internacional — dessas que os zombadores gostam de cha-

7 — **Jesus Cristo, a vida do mundo**; Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, Rio de Janeiro, Tempo e presença, 1984, p. 146 (Cadernos do CEDI, 12).

8 — **Ibid.**, p. 163s.

mar de "turismo ecumênico" — que custa um monte de dinheiro e, mais uma vez, aprova "declarações" e "resoluções" que, pouco tempo após, desaparecem nos arquivos ou, na melhor das hipóteses, interessam apenas a especialistas em ecumenismo? É justamente isso que as resoluções de Vancouver querem ajudar a evitar! Pois as Igrejas membros, os Conselhos Nacionais de Igrejas e Organizações Regionais são conclamados a entrar num **processo conciliar**, num **pacto** para justiça, paz e integridade da criação.

Em outras palavras: a planejada assembléia mundial deve ser preparada de modo compromissivo e obrigatório, para que nela não se falem apenas coisas sem compromisso, não sejam aprovadas apenas palestras e resoluções. Nessa assembléia mundial, porém, **todos** os cristãos de boa vontade devem atirar um intransigente "não" contra os poderes de morte deste mundo, que ameaçam extinguir toda a vida, um "não" sem falsas concessões, um "não" decidido a tudo, sem qualquer "sim"! Esta é a razão das resoluções de Vancouver, deste processo conciliar ou pacto, em cuja realização concreta já trabalham em todo o mundo Igrejas, congregações e também grupos que só possuem ainda frouxos vínculos eclesiásticos. Uma descrição dessas atividades romperia os limites deste breve ensaio. Por isso, restrinjo-me a algumas observações sobre os dois termos centrais das resoluções de Vancouver: "pacto" e "processo conciliar".

**1. Pacto:** o Comitê Central do Conselho Mundial concordou expressamente com o conceito "ajuste de um pacto" para caracterizar o processo planejado<sup>9</sup>. A designação "pacto" vai muito além daquilo que é costumeiro no contexto do movimento ecumênico. Costumeiras são "conferências", "consultas", "assembléias". Um "ajuste de pacto", porém, visa mais. Para a compreensão desse "reunir-se num pacto" são mencionadas principalmente três tradições:

a) O conceito "pacto" tem, inicialmente, um significado **político**.

"'Pacto' é uma das mais antigas instituições de convivência humana. Na maioria das vezes, trata-se duma aliança fomal, festiva e que efetua uma união de caráter transcendente. Essa aliança torna fortes as partes que, de outro modo, são fracas, desprotegidas ou isoladas, visando perseguir objetivos comuns e repelir inimigos comuns."<sup>10</sup>

9 — Em sua reunião de julho/agosto de 1985.

10 — Günter REESE, Zusammenkommen in einem Bund; theologische und praktische Gesichtspunkte eines ökumenischen Vorhabens, **Junge Kirche**, Bremen, 46(5):267-78 (cit. p. 269), maio 1986.

Desta definição — bela, ainda que um tanto complicada — eu gostaria de ressaltar o seguinte aspecto: um pacto “torna fortes as partes que, de outro modo, são fracas, desprotegidas e isoladas”! É preciso não acalentar ilusões: Lutadores isolados e até grupos isolados que, cheios de zelo e idealismo, se engajam por um mundo melhor, não têm chance nessa luta contra os poderes de morte de nossa época!

b) “Pacto”, porém, possui também um significado em termos de **história da Igreja**, lembrando a tradição de **covenant** da história da Igreja anglo-saxã. Nessa tradição, **covenant** tinha um componente eclesiológico (“aliança de Igrejas”) e um componente confessório: um pacto para implementar uma decisão de fé e consciência. É especialmente esse componente confessório que tem relevância no contexto de nosso assunto. Neste sentido, por exemplo, já antes de Vancouver cristãos dos Estados Unidos se uniram num pacto para a eliminação das armas atômicas<sup>11</sup>. É preciso notar que, segundo esta compreensão, a eliminação das armas atômicas ou o empenho por justiça, paz e integridade da criação não é apenas um problema ético, uma “conseqüência” da fé, por assim dizer; antes, é elevado à posição duma **questão confessória!** Ou, para dizê-lo de modo um pouco mais provocativo para ouvidos luteranos, a fim de que a agudeza da argumentação se torne clara: o empenho por justiça, paz e integridade da criação ocupa a mesma posição e tem o mesmo valor que a Confissão de Augsburg!

c) Naturalmente “pacto” é um conceito **teológico** central, que, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, descreve o relacionamento especial de Deus com os seres humanos e compreende promessa e dádiva, mas também obrigação incondicional. Não só os teólogos com seus métodos exegéticos, mas todo leitor da Bíblia pode se convencer sem dificuldade de que, na Bíblia, “pacto” significa mais do que uma relação Deus - ser humano, de caráter meramente espiritual. Numerosos trabalhos demonstraram de maneira convincente a indissolúvel relação existente entre “pacto” e “justiça, paz e integridade da criação”<sup>12</sup>.

Não obstante, é preciso admitir que a idéia de pacto apresenta muitos pontos que ainda não estão claros no processo conciliar. Sobre tudo a questão da realização prática das belas idéias parece nos colocar ante dificuldades intransponíveis. Assim, até agora a práxis parece um tanto confusa e caótica. Falta clareza na estrutura e na teoria. Além do que foi dito acima, porém, são sobretudo duas idéias que se cristalizaram nos últimos tempos:

11 — **Ibid.**, p. 269.

12 — O trabalho de Günther REESE, por exemplo.

a) O **pacto de autocomprometimento**: nele se congregam cristãos que partilham da mesma liberdade de fé e de consciência.

b) O **pacto de reconciliação**: nele se congregam cristãos de contextos distintos e até inimizados, cristãos de raças, classes e campos econômicos e políticos distintos<sup>13</sup>.

Entretanto, queremos salientar mais uma vez que não se trata de conceitos. Talvez se encontrem, no decorrer do processo conciliar, idéias e modelos mais apropriados para descrever de modo mais adequado a comunhão compromissiva de todas as pessoas de boa vontade. O importante é, em termos simples, participar, ajudar a construir, não se isolar. Neste sentido, as experiências feitas na luta latino-americana pela libertação são de inestimável importância. Ainda não é tarde demais para ajudar a conformar e determinar o processo conciliar de maneira decisiva e responsável.

**2. Processo conciliar**: em Vancouver pensou-se, originalmente, em convocar um concílio ecumênico para justiça, paz e integridade da criação. O termo "concílio", porém, é muito problemático, como também perceberam os participantes do Dia da Igreja da Igreja evangélica alemã, de 1985, em Düsseldorf, onde, diante da ameaça representada pelas armas atômicas, se havia exigido um "concílio da paz"<sup>14</sup>.

A exigência de um "concílio da paz" remonta a uma famosa palestra feita por Dietrich Bonhoeffer na conferência ecumênica realizada em Fanö, em 1934:

"Como acontece paz? Quem conclama para a paz, de modo que o mundo o ouça, seja forçado a ouvi-lo? de modo que todos os povos tenham que alegrar-se por causa disso? O cristão como indivíduo não pode fazê-lo — o que ele pode fazer é levantar sua voz e prestar testemunho quando todos calam; os poderes do mundo, contudo, podem passar por cima dele sem uma única palavra. Também cada Igreja individualmente pode testemunhar e sofrer — e oxalá o fizesse! —, mas também ela é esmagada pela violência do ódio. Tão-somente o **grande concílio ecumênico da santa Igreja de Cristo**, formada de cristãos de todo o mundo, pode dizê-lo de tal modo que o mundo tenha que ouvir, rangendo os dentes, a palavra a respeito da paz e de modo que os povos se alegrem, porque essa Igreja de

13 — *Ibid.*, p. 276s.

14 — Carl Friedrich VON WEIZSÄCKER, Un concilio ecuménico de la paz, **Estudios Teológicos**, São Leopoldo, 27(1):7-15, 1987.

Cristo tira, em nome de Cristo, as armas das mãos de seus filhos, os proíbe de fazer guerra e proclama a paz de Cristo sobre o mundo enfurecido.”<sup>15</sup>

Na tradição anglicana, católica e, sobretudo, na ortodoxa, o termo “concílio” carrega um ônus advindo da história da Igreja. As Igrejas ortodoxas só reconhecem os primeiros sete concílios como “ecumênicos”, como assembléias dos representantes de **toda** a cristandade na face da terra, nos quais, por isso, se podiam tomar resoluções obrigatórias para **toda** a Igreja. Segundo esta compreensão, um “concílio ecumênico” só pode ter lugar ao final de todos os esforços empreendidos pelas Igrejas em prol da unidade — como resultado, por assim dizer —, quando a unidade visível da Igreja tiver sido realmente alcançada.

Por esta razão, teve-se que abrir mão da designação da planejada assembléia mundial como “concílio”. Não há dúvida de que essa decisão é correta em termos de conteúdo e de relações ecumênicas — é provável que a planejada assembléia mundial teria fracassado se se insistisse no conceito “concílio” —, mas permanece um sentimento de pena e de certa resignação. Justamente a convocação dum “concílio ecumênico” teria deixado inequivocamente claro que justiça, paz e integridade da criação não são apenas problemas éticos, mas questões de sobrevivência da humanidade, questões que têm o mesmo **status confessionis** como as grandes confissões da Igreja. Para além de todas as divergências doutrinárias, uma confissão vigorosa e comum de todos os cristãos no tocante a essas questões vitais para toda a humanidade teria sido algo grandioso e teria colocado sinais visíveis de unidade. É pena!

O que temos agora, portanto, não é mais um “concílio ecumênico”, e sim um “processo conciliar” com vistas à assembléia ecumênica mundial. “Processo conciliar” quer dizer que se está a caminho do concílio ecumênico, ou melhor: da “comunhão conciliar”, freqüentemente mencionada como alvo possível de todo o trabalho ecumênico<sup>16</sup>. Neste processo, porém, é preciso reter elementos essenciais da “conciliaridade”: unidade na diversidade; não uniformidade, mas contextualidade; participação tão ampla quanto possível de todo o povo de Deus; inclusão de todas as formas e níveis da vida da Igreja; busca de compromissividade em todos os níveis; elaboração de declarações de convergência e consenso; e outras coisas mais<sup>17</sup>.

15 — Dietrich BONHOEFFER, *Ökumene; Briefe, Aufsätze, Dokumente 1928 bis 1942*, in: — **Gesammelte Schriften**, München, Chr. Kaiser, 1965, v. 1, p. 218s.

16 — Detalhes e mais informações em Julio de SANTA ANA, *op. cit.*, p. 107ss.

17 — Heino FALCKE, Bericht über “Gerechtigkeit, Frieden und Bewahrung der Schöpfung”, **Ökumenische Rundschau**, Frankfurt am Main, 35(4):460-2 (cit. p. 462), out. 1986.

Por esta razão, deve-se manter pelo menos a expressão "processo conciliar", e não substituí-la, como chegou a ser sugerido, por "processo ecumênico".

### III

Que contribuição pode e deve ser prestada pelo ecumenismo latino-americano nesse processo conciliar e na Assembléia Mundial para Justiça, Paz e Integridade da Criação? Ao abordar alguns pontos a seguir, faço-o sem a pretensão de esgotar o assunto. Também não quero me antecipar ao trabalho a ser feito nesse sentido e já oferecer algo assim como soluções perfeitas. O que pretendo é apenas mostrar, com alguns exemplos, a importância da participação no processo conciliar.

Antes de fazer isso, porém, tenho que abordar três questões prévias:

1. O que quer dizer "contribuição do **ecumenismo** latino-americano"?

Neste contexto, "ecumenismo" não quer dizer que o movimento ecumênico se apresentasse aqui como um bloco, por assim dizer. O mapa ecumênico da América Latina é colorido (usando uma formulação cautelosa). Por esta razão, poder-se-ia estar inclinado a abrir mão de conceito "ecumenismo" e procurar um termo mais apropriado. No entanto, **oikumene** significa, na acepção original da palavra, "toda a terra habitada", e não apenas as relações, freqüentemente complicadas, entre Igrejas ou grupos de cristãos. Tendo em vista que justiça, paz e integridade da criação sem dúvida dizem respeito a todos os seres humanos, o conceito "ecumenismo" é muito apropriado para expressar a necessidade duma comunhão comprometida de todos os seres humanos nessas questões. O processo conciliar, da forma como está planejado, não pode ser assunto duma única Igreja, duma única teologia, dum único grupo de cristãos; antes, é tarefa de todos os seres humanos. É claro que nessa compreensão abrangente de ecumenismo também há lugar para pessoas de outras religiões, sem que elas tenham que temer que serão cooptadas teológica ou eclesiasticamente. Sei que essa compreensão de ecumenismo que ultrapassa as fronteiras da fé cristã é controversa. Todavia, a tarefa do ecumenismo e, em particular, do processo conciliar não consiste em estabelecer fronteiras, mas, pelo contrário, em convidar todas as pessoas de boa vontade a participar dum pacto compromissivo em prol de justiça, paz e integridade da criação.

## 2. O que quer dizer “contribuição de ecumenismo latino-americano”?

Não afirmo que a contribuição latino-americana que vou esboçar seja uma contribuição específica e típica, que só seja objeto de reflexão na América Latina, que seja original, portanto. Justiça, paz e integridade da criação são problemas globais, sobre cuja realização se reflete em toda parte no mundo, o que muitas vezes resulta em análises semelhantes. Naquela parte do mundo dominada pelo sistema econômico capitalista — ao qual pertence também a América Latina, com exceção de Cuba e Nicarágua — a injustiça, a ameaça à paz e a destruição do meio ambiente muitas vezes podem se atribuídas a razões iguais e se podem exigir as mesmas conseqüências.

Portanto, na América Latina o procedimento metodológico não deveria ser diferente do adotado em outras partes do mundo: os respectivos problemas deveriam ser expostos **de modo contextual**; deve-se destacar aquilo que mexe de maneira especial com as pessoas aqui e sobre o que se reflete de forma particularmente intensiva.

## 3. O que quer dizer “contribuição do ecumenismo latino-americano”?

“Contribuir” não significa necessariamente “apresentar soluções”. Contribuir também não significa necessariamente apresentar análises particularmente originais ou indicar de modo logicamente imperioso a direção em que se deve buscar a solução. “Contribuir” significa, primeiramente, tentar expor a realidade e denunciar de maneira inequívoca o aspecto assumido aqui por injustiça, ameaça à paz e destruição do meio ambiente. Em categorias bíblicas, pode-se falar duma tarefa “profética”, que não tem medo de palavras claras, nem de repetições, nem de confrontação com o poder. Em outras palavras: o processo conciliar não quer ser um pacto para especialistas, mas um pacto de que cada um pode participar com seus dons.

Após estas observações preliminares, a meu ver necessárias, eu gostaria de elucidar, em alguns pontos, qual poderia ser a contribuição do ecumenismo latino-americano no processo conciliar para o mútuo compromisso (pacto) em prol de justiça, paz e integridade da criação:

### 1. O tópico central é: justiça

Quando, em novembro de 1987, Reagan e Gorbachov assinaram o acordo sobre a eliminação dos mísseis de curto e médio alcance na Europa Central, um diário inglês manifestou seu júbilo com a manchete

“Paz na terra!” Também jornais brasileiros falaram, ainda que em tom menos eufórico, da paz que agora estava um pouco mais próxima. Por trás de tais formulações está uma concepção tipicamente europeia e norte-americana de paz: paz quer dizer ausência de guerra — pelo menos no próprio território, deve-se acrescentar à guisa de restrição, pois nem mesmo no contexto dessa definição estreita se pode falar de “paz” de abrangência mundial. Vista deste ângulo, a concepção de “paz como ausência de guerra” parece um tanto cínica.

Por outro lado, contudo, é preciso pleitear compreensão pela luta dos movimentos pela paz europeus e norte-americanos. Enquanto que na República Federal da Alemanha, por exemplo, a discussão em torno da instalação dos foguetes de médio alcance Pershing II e dos mísseis Cruise, manejados por controle remoto, envolveu a massa do povo e fez com que muita gente fosse às ruas protestar, na América Latina a ameaça nuclear não assusta realmente ninguém. A nível de sentimento, até que se pode ter compreensão por isso: a idéia duma guerra entre as duas superpotências atômicas na Europa Central não parece infundir tanto medo aqui; antes, tem-se a impressão de que haveria alegria pela desgraça alheia: bem feito para eles, os exploradores! Assim sendo, a veemente discussão sobre a paz em curso na Europa e também nos Estados Unidos não tem equivalente no Brasil, por exemplo; aqui não existe um movimento pela paz digno de menção. Por outro lado, porém, isso causa estranheza. Já a idéia de que uma confrontação atômica entre as superpotências deixaria a América Latina intocada é bastante ingênua. Para um europeu que, nos últimos anos, acompanhou e sofreu os debates em torno dos armamentos nucleares, é difícil compreender com quanta tranquilidade se reage no Brasil a notícias que dão conta de bombas atômicas que estão sendo planejadas e provavelmente já construídas também aqui. Em alguns círculos, sobretudo da imprensa, se aponta com um certo orgulho para o fato de que, entretantes, o Brasil tornou-se um dos maiores produtores e exportadores de armas do mundo. Só depois do acidente de Goiânia é que muitos brasileiros se deram realmente conta de quão perigosas são na verdade mesmo pequenas quantidades de material radioativo.

Não obstante, para a realidade da América Latina, é preciso dar razão a um exemplo apresentado por Allan Boesak, da África do Sul, presidente da Aliança Reformada Mundial, que, em sua grande palestra proferida em Vancouver, cita um sul-africano que diz:

(...) a palavra "nuclear" é usada várias vezes, porém nem uma só vez sequer se usa a palavra "fome". Entre o meu povo, as pessoas não compreenderiam o vocábulo "nuclear", mas sabem muito bem o que quer dizer a fome e a pobreza.<sup>18</sup>

Creio que este é um dos mais fortes acentos que o ecumenismo latino-americano, e mais: o ecumenismo do Terceiro Mundo deve inserir e já inseriu no processo conciliar: um "concílio da paz" que colocasse a justiça em segundo plano não encontraria compreensão aqui. E mais, pode-se dizer que, aqui, "paz" e "justiça" são uma única palavra, ou melhor: estão indissolúvelmente vinculadas. Injustiça é guerra!

No Sl 85.10 a relação de paz e justiça é descrita de modo verdadeiramente erótico: a paz e a justiça se beijam!

Sob a influência da teologia do Terceiro Mundo, nesse meio-tempo essa percepção se impôs a nível ecumênico. Isto se torna claro já a partir da leitura dos documentos de Vancouver. Assim, a famosa "Declaração sobre a paz e a justiça" reza: "Não há paz sem justiça. Os povos do mundo têm necessidades de paz e justiça. A paz não é mera ausência de guerra. A paz não pode ser edificada sobre a injustiça, mas, sim, requer a implantação de uma nova ordem internacional baseada na justiça para todas as nações e no seio de todas elas, bem como o respeito pela humanidade, dom de Deus, e a dignidade de todas as pessoas. Tal como nos ensinou o profeta Isaías, a paz é o efeito da justiça."<sup>19</sup>

Desta maneira, não é por acaso que, no processo conciliar, "justiça" está em primeiro lugar. Isto é resultado dum processo ecumênico de aprendizagem possibilitado de modo decisivo pelo engajamento do ecumenismo do Terceiro Mundo. Agora é necessário que também o ecumenismo latino-americano introduza sua compreensão de justiça no processo conciliar, e também as estratégias aqui elaboradas para a superação das estruturas injustas. É disso que vamos falar nos próximos dois pontos.

## 2. A face obscura do lucro

O primeiro importante passo para a superação da injustiça é a exposição verídica da realidade. O clamor por justiça deve ser ineludível e compreensível. Tomando o Brasil como exemplo, eu gostaria de apontar para as injustiças a serem denunciadas:

O retrato da realidade brasileira está totalmente distorcido no exterior. O fato de que, nos últimos anos, o Brasil passou à condição de oi-

18 — Allan BOESAK, Jesus Cristo, a vida do mundo, in: **Jesus Cristos, a vida do mundo** (nota 7), p. 83.

19 — **Ibid.**, p. 61.

tava potência econômica entre todos os países capitalistas não quer dizer que a população tenha participação nos lucros obtidos. Por isso, no processo conciliar se deveria falar, acerca do presente, dum salário mínimo, fixado pelo Estado, que é um dos mais baixos do mundo, dum assistência médica totalmente insuficiente e dum sistema educacional caótico, que só satisfaz os ricos, do papel da mulher numa sociedade dominada por homens, bem como dos menores abandonados. O desenvolvimento econômico brasileiro louvado por todo o mundo tem um lado muito escuro. Também o meio ambiente não é poupado por ele. O desmatamento das florestas tropicais, o envenenamento dos rios e alimentos, o programa nuclear que envenena insidiosamente o meio ambiente — tudo isso também deve ser interpretado sobre o mesmo pano de fundo.

Também o passado não deve ser esquecido nesse processo: a história dos índios, hoje ameaçados de extinção definitiva, a história dos negros e da escravidão, em suma: o triste destino das minorias que foram sacrificadas sobre o altar do lucro.

Para compreender a estrutura econômica da América Latina foi desenvolvida aqui uma teoria em que se entende a injustiça como consequência lógica do sistema capitalista. Por causa da lógica inerente ao capitalismo, nas periferias dependentes dos centros de bem-estar só se pode “desenvolver” subdesenvolvimento. Mesmo que essa teoria e sua aplicação no contexto dum sistema econômico mundial não sejam controversas, um processo ecumênico voltado contra a injustiça não poderá ignorar essas tentativas de interpretação e compreensão. Essa assim chamada “teoria da dependência” constitui uma substancial contribuição da América Latina no processo conciliar.

Estes são apenas alguns pontos, aos quais naturalmente só posso fazer alusão. Espero que tenha ficado claro que todos os grupos que lutam contra a injustiça deveriam aceitar a conclamação do Conselho Mundial de Igrejas no sentido de prestar sua contribuição. É só em conjunto que se pode procurar fazer parar a desenfreada avidez de lucros que passa friamente sobre cadáveres.

### **3. A práxis da libertação**

Uma contribuição latino-americana muitíssimo substancial para a teologia é a “teologia da libertação”. Sua voz deve ser ouvida no processo conciliar! De acordo com a teologia da libertação, a teologia é reflexão crítica sobre a práxis libertadora do povo. Esta é uma premissa

que distingue a teologia da libertação de muitas outras abordagens teológicas. O povo que se torna consciente de sua servidão e luta por sua liberdade converte-se em ponto de partida da teologia. A teologia é prática desde o começo, é iniciada pela práxis. A teologia desce das elevadas cátedras da ciência acadêmica e toma partido. Esse processo em que a teologia se torna prática pode, certamente não sem razão, ser descrito como “encarnação”<sup>20</sup>. A teologia não começa com reflexões, conceitos e concepções abstratos e teóricos, mas parte duma práxis de libertação já existente antes dela.

No contexto ecumênico, o conceito de práxis da teologia da libertação, que está fortemente orientado para a teoria da dependência e, com isto, para questões econômicas, não é de todo incontroverso: assim, Emilio Castro, o secretário-geral do CMI, indica que

“os amigos da África fazem algumas perguntas críticas muito interessantes aos teólogos da libertação. Perguntam se tomamos em consideração não só fatores econômicos, sociais e políticos, mas também culturais, éticos e religiosos. (...) A Teologia da Libertação, na América Latina, ainda tem que fazer justiça às culturas índias americanas — pré e pós-colombianas — e também reconhecer a contribuição da cultura negra à América Latina”.<sup>21</sup>

Esta objeção certamente deve ser levada a sério. Entretanto, a teologia da libertação não se restringe a questões econômicas. Além disso, dever-se-iam mencionar a espiritualidade peculiar das comunidades de base, das quais surgiu a teologia da libertação, a redescoberta da Bíblia e o radical direcionamento para os pobres fundamentado biblicamente, a “opção pelos pobres”. Justamente nessa ligação de práxis de libertação e espiritualidade, nessa tensão entre luta e contemplação, entre culto e ação está o valor especial da contribuição latino-americana para o processo conciliar.

#### IV

Face à toda a injustiça, ameaça à paz e progressiva destruição do meio ambiente, fica difícil crer no êxito do processo conciliar. É verdade

20 — Hermann BRANDT, In der Nachfolge der Inkarnation oder: Das “Auftauchen Gottes” in Lateinamerika, *Zeitschrift für Theologie und Kirche*, Tübingen, 78(3):367-89, 1981.

21 — Emilio CASTRO, Teologia da Libertação e outros temas, *Tempo e presença*, Rio de Janeiro, mar. 1986, pp. 15-8 (cit. p. 16).

que, em todo o mundo, há grupos ecumênicos que se empenham para construir redes de compromisso mútuo e firmar pactos em prol de justiça, paz e integridade da criação, mas o poderes das trevas parecem escarnecer desses esforços que, ao que parece, são impotentes. Apesar de todo o engajamento, trata-se ainda de grupos pequenos, de minorias. Todavia, não se deve desprezar as minorias, muitas vezes insignificantes. Pois na fé em Jesus Cristo crucificado e ressurreto, que também não representava nenhuma “maioria”, e na esperança inabalável em seu reino de justiça, há de se tornar realidade a visão de Dom Hélder Câmara, que, ao mesmo tempo, resume todos os anseios e desejos do processo conciliar para o compromisso mútuo em prol de justiça, paz e integridade da criação:

“Abram os olhos! Em toda parte existem as minorias que sofrem juntamente com vocês sob a atual situação do mundo. Em toda parte existem as pessoas que encaram o futuro como escuridão ameaçadora e que, ainda assim, como pequena minoria, ousam defender-se contra ele. Elas existem em todos os povos. Só depende de que elas se unam. Então acontecerá com elas a mesma coisa que com as pequenas fontes que manam das diversas montanhas, se juntam para formar um riacho, mais tarde um rio, ganhando sempre mais força e poder, até arrastarem consigo todos os povos do mundo em direção a um século melhor”.<sup>22</sup>

(Tradução de Luís M. Sander)

22 — Dom Helder CAMARA, *Messe für dies Jahrhundert*, cit. ap. Kurt SCHARF, **Widerstehen und Versöhnen**; Rückblicke und Ausblicke, Stuttgart, Radius, 1987, p. 60s.